

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CAMPUS NOVA VENÉCIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**DULCE DORTA MONTANARI**

**A INFLUÊNCIA DO EUROCENTRISMO SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS  
IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES NO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ**

NOVA VENÉCIA-ES

2021

DULCE DORTA MONTANARI

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Nova Venécia, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Berardo Neto

NOVA VENÉCIA-ES

2021

Valmir Oliveira de Aguiar CRB-566-0 ES

M764i Montanari, Dulce Dorta

A influência do eurocentrismo sobre a construção das identidades e territorialidades no município de Jaguaré / Dulce Dorta Montanari. – Nova Venécia, ES : IFES, 2021.

50 f. : il. 30 cm

Orientador: Jaime Bernardo Neto.

Monografia (Graduação) – Instituto Federal do Espírito Santo, Coordenadoria de Graduação em Licenciatura plena em Geografia, 2021.

1. Geografia. 2. Eurocentrismo. 3. Territorialidade. 4. Identidade. 5. Jaguaré (ES). I. Jaime Bernardo Neto. II. Instituto Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD 22: 981.52

**DULCE DORTA MONTANARI**

**A INFLUÊNCIA DO EUROCENTRISMO SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS  
IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES NO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ**

Monografia apresentada à Coordenadoria do  
Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto  
Federal do Espírito Santo campus Nova Venécia  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Bernardo Neto

Aprovado em 14 de setembro de 2021

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Jaime Bernardo Neto  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Professora Me. Roney Marcos Pavani  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Membro

---

Professora Esp. Cirleia Silva De Oliveira  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Membro

## **DECLARAÇÃO DO AUTOR**

Declaro, para fins de pesquisa acadêmica, didática e técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.

Nova Venécia, novembro de 2021.

**DULCE DORTA MONTANARI**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao IFES, instituição que sempre me inspirou e apoiou ao longo do curso.

Ao meu orientador Jaime pelo tempo e suporte ao longo de todo esse processo.

A todo o corpo docente, pela paciência, comprometimento e dedicação para com a Geo04, pelas incríveis experiências e aulas de campo.

Aos meus colegas de turma, por todas as contribuições e momentos de formação, pelas brincadeiras e sorrisos que deixaram (sugiro no lugar de tudo você colocar momentos de aprendizagem gratificantes e especiais. Sobretudo, agradeço a Ana Carolina (Carol), Camila e Eduarda, que sempre estiveram comigo.

Por último, deixo aqui minha profunda gratidão a minha querida família, especialmente minha mãe Julie e meu pai Alair, por sempre estarem comigo e compreenderem a ausência com paciência e carinho além de sempre terem me incentivado a seguir os meus caminhos.

A todos, minha gratidão.

## **RESUMO**

Um discurso predominante no município de Jaguaré e amplamente aceito pela população local refere-se ao processo colonial do município e a um suposto predomínio da ascendência europeia de seus habitantes. Este trabalho visa discorrer sobre esse eurocentrismo que permeia a memória coletiva e suas implicações sobre as identidades e territorialidades da população do Município de Jaguaré, com foco em sua influência sobre as identidades coletivas e as relações de poder inerentes a elas. O desenvolvimento da pesquisa pauta-se primeiramente em uma reflexão teórica sobre o eurocentrismo e alguns aspectos a ele relacionados/inerentes, seguida de uma análise acerca de seus reflexos sobre o imaginário histórico-geográfico local, no qual esse eurocentrismo acaba por invisibilizar a diversidade cultural existente e a matriz pluriétnica da população de Jaguaré, aspecto que permeia não apenas a memória coletiva local, mas a própria historiografia do município.

Palavras chaves: Eurocentrismo. Memória. Identidade. Territorialidade. Jaguaré.

## **ABSTRACT**

A predominant discourse in the municipality of Jaguaré and widely accepted by the local population refers to the colonial process of the municipality and a supposed predominance of European ancestry of its inhabitants. This paper aims to discuss this Eurocentrism that permeates the collective memory and its implications on the identities and territorialities of the population of the municipality of Jaguaré, focusing on its influence on collective identities and the power relations inherent to them. The development of the research is based primarily on a theoretical reflection on Eurocentrism and some aspects related/inherent to it, followed by an analysis of its reflections on the local historical-geographical imaginary, in which this Eurocentrism ends up invisibilizing the existing cultural diversity and the multi-ethnic matrix of the population of Jaguaré, an aspect that permeates not only the local collective memory, but the historiography of the municipality itself.

Keywords: Eurocentrism. Memory. Identity. Territoriality. Jaguaré.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	10
2.1 OBJETIVO GERAL:.....	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS: .....	10
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	11
<b>4 EUROCENTRISMO E RACISMO MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE: REFLEXÕES TEÓRICAS</b> .....	13
4.1 EUROCENTRISMO E EVOLUCIONISMO .....	21
4.2 OS REFLEXOS DO EUROCENTRISMO SOBRE AS IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES .....	23
<b>5 EUROCENTRISMO E COLONIALIDADE NAS REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS SOBRE JAGUARÉ E NA MEMÓRIA COLETIVA LOCAL</b> .....	27
5.1 A SUPOSTA “ITALIANIDADE” DE JAGUARÉ.....	28
5.2 ITALIANICIDADE: FATO OU DESEJO DOS CAPIXABAS? .....	33
5.3 AS REPRESENTAÇÕES DE JAGUARÉ NA HISTORIOGRAFIA LOCA.....	33
5.4 EUROCENTRISMO, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADES EM JAGUARÉ.....	39
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	42
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39
<b>ANEXO A</b> .....	47
<b>ANEXO B</b> .....	48

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca das implicações do eurocentrismo e da colonialidade sobre as identidades e territorialidades no município de Jaguaré.

Segundo Quijano (2005), a colonialidade caracteriza-se por ser uma forma de continuar a enxergar o mundo pela visão eurocêntrica, mesmo após libertar-se do domínio colonial europeu.

É perceptível que os processos de legitimação da dominação europeia foram tão intensos que com o tempo se tornaram aceitáveis e que apesar dos brasileiros terem se libertado há cerca de duzentos anos do domínio direto dos europeus por meio da conquista da independência política, este aspecto cultural ainda se encontra presente na América Latina e continua perpassando gerações, perpetuando-se.

A chegada dos europeus, e, portanto, do pensar eurocêntrico, trouxe grandes impactos para estas terras, para os habitantes que já residiam na América e os que iriam aqui construir sua história. Um desses impactos foi a “importação” de um modo de vida europeu, da forma de compreender a realidade e de se relacionar com o outro e consigo mesmo, permeada pelo etnocentrismo.

Diante disso, abordar-se-á neste trabalho a influência da colonialidade e do eurocentrismo que lhe é inerente sobre a construção das identidades e territorialidades no município capixaba de Jaguaré.

Segundo Bernardo Neto (2020), as representações do real, ou seja, a forma como organizamos e classificamos a realidade, exercem grande impacto sobre as identidades individuais e coletivas. Mesmo que não se perceba, elas permeiam nossas vidas e moldam a forma como nos comportamos, como nos vestimos, influenciam na linguagem e também impactam na formação e construção dos nossos julgamentos em relação a nós mesmos, ao outro, ao desconhecido, ao diferente, dentre outros, exercendo, portanto, grande influência em nossas identidades e relações sociais.

Esse prisma eurocêntrico que nos foi legado pela colonização, portanto, impacta na construção das identidades e territorialidades no município de Jaguaré, resultando em um processo de enquadramento da memória coletiva que acaba por legitimar a territorialidade dos “brancos” (os colonizadores) e acaba, assim, por invisibilizar a diversidade étnico-cultural existente no referido município, corroborando para uma cultura que evidentemente é racista e excludente.

A perpetuação desta visão eurocêntrica dissemina uma imagem segundo a qual o território de Jaguaré pertence, ou deveria pertencer, aos descendentes de italianos, por meio de uma narrativa que fortalece a territorialidades deste povo ao passo que enfraquece o sentimento de pertencimento e de identificação com aquele território por parte dos outros grupos étnicos e seus descendentes que ali residem.

Desta forma, as representações sobre o passado de Jaguaré, sob essa perspectiva eurocêntrica, repleto de inclinações racistas, faz com que o não-branco, o não-italiano, mais especificamente, sinta-se um intruso dentro do município, mesmo sendo nativo daquele território, pois seus ascendentes e sua cultura não se encontram presentes nas representações hegemônicas sobre o município.

Enquanto se reproduz e perpetua a representação de Jaguaré como um município de descendentes italianos, impede-se que outros grupos sociais se vejam e se sintam representados em situação de equivalência enquanto titulares daquele território, configurando aquilo que Iris Young (2011, apud Bernardo Neto [2020]), conceitua como opressão.

A partir desse prisma, no primeiro capítulo deste trabalho busca-se conceituar o eurocentrismo e alguns elementos intrínsecos a ele, para em seguida tratar dos reflexos do eurocentrismo sobre a construção das identidades e territorialidades em Jaguaré, evidenciando como o processo de colonização é compreendido e representado na memória coletiva local e também em sua historiografia.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL:**

Compreender o que é o eurocentrismo e como e por que ele ainda se encontra fortemente presente na memória coletiva local e, conseqüentemente, nas identidades e territorialidades da população do Município de Jaguaré, além de refletir acerca de sua influência sobre essas identidades coletivas locais e as relações de poder inerentes a elas.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Compreender a dimensão imaterial das territorialidades, em particular seus vínculos com a memória coletiva e as identidades;
- Definir colonialidade e eurocentrismo bem como analisar seus impactos sobre as identidades e relações de poder, particularmente no que se refere à territorialidade;
- Analisar o processo de produção e disseminação de representações sobre o município de Jaguaré, no intuito de compreender como ocorre em âmbito municipal esse enquadramento da memória a partir de uma perspectiva colonial e eurocêntrica, analisando assim a historiografia local, seus símbolos e celebrações municipais.

### 3 METODOLOGIA

Essa pesquisa caracteriza-se por possuir caráter básico e objetivo explicativo, pois segundo Oliveira (2011), tal tipo de pesquisa dedica-se à identificação dos elementos / fatores que “contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

O trabalho se divide em dois capítulos: no primeiro buscou-se uma fundamentação teórica para se compreender o eurocentrismo e suas implicações, e no segundo capítulo, deu-se foco à dimensão empírica do fenômeno, buscando percebê-lo na realidade local de Jaguaré.

Para compreender o eurocentrismo e como ele se encontra presente no imaginário da população do município de Jaguaré, além de pretender evidenciar como este pode ser percebido na realidade concreta, primeiro realizou-se uma pesquisa bibliográfica, metodologia que segundo Souza et al (2021) “tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas”.

Posteriormente, realizou-se uma análise empírica sobre o tema como foco no referido município. Para tal fim, analisou-se o impacto do eurocentrismo na organização do atual município de Jaguaré, mais especificamente sua influência sobre identidades e territorialidades em âmbito municipal, com ênfase no processo de invisibilização dos povos indígenas e africanos/ afro-brasileiros na historiografia e na memória coletiva locais, finalidade para a qual foi analisado o único livro disponível na biblioteca municipal que retrata a historiografia de Jaguaré, foram realizadas análises acerca de símbolos oficiais do município, como seu brasão e sua bandeira e também foram realizadas entrevistas com representantes do grupo AMITAJ – organizadores da Semana da Cultura Italiana, com a população do município e com os professores locais.

Objetivando uma entrevista mais leve e respostas mais espontâneas com os professores e a população, foi omitido o tema da pesquisa, não fazendo qualquer menção a termos como eurocentrismo ou racismo. A estratégia adotada não foi de má fé, mas visando compreender a exata percepção dos entrevistados sobre a influência do eurocentrismo na percepção da composição étnica cultural do município de Jaguaré, as quais poderiam perder espontaneidade caso explicitássemos o tema da pesquisa propriamente dito. Afinal, como o racismo e o eurocentrismo são aspectos negativos (por corroborarem preconceitos e

injustiças diversas), haveria forte tendência dos entrevistados em desvincular-se desses aspectos em seus depoimentos, levando a uma perda da espontaneidade de suas respostas.

#### 4 EUROCENTRISMO/RACISMO, MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE: REFLEXÕES TEÓRICAS

O eurocentrismo, segundo Quijano (2005), poderia ser definido como uma:

[...] perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 122).

De acordo com Quijano, a concepção eurocêntrica do mundo, seria, portanto, a grosso modo, a perspectiva de se enxergar o mundo como os europeus do século XIX o enxergavam, ou melhor, seria falar de qualquer outro lugar utilizando a Europa como parâmetro para se pensar a realidade social, econômica, política, cultural e ambiental dos demais territórios, em qualquer lugar, por mais distante que se situem daquela Europa. É fruto da soberania europeia e dos efeitos de sua expansão colonial que teve início em fins do século XV e atingiu seu ápice ao longo do século XIX, durante a Modernidade, uma vez que foi durante este período que os europeus foram invadindo territórios de diversos outros povos e anexando esses locais aos seus domínios e, conseqüentemente, ao sistema capitalista, a partir do domínio colonial sobre esses territórios, mediante o qual foram introjetando suas concepções de mundo, seus costumes na cultura desses povos subalternizados.

Este mesmo autor evidencia três elementos essenciais que seriam os pilares do eurocentrismo:

[...] a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital-capital, não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna européia;  
b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a idéia de raça;  
c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. (QUIJANO, 2005, p. 127).

Seguindo as reflexões acima, a percepção evolucionista da história e o racismo são indissociáveis do eurocentrismo, sendo elementos nucleadores deste pensar. Em seus trabalhos, Quijano (2005) relatou a influência do capitalismo estabelecidas no “Novo Mundo” em que os europeus, ao constatar as diferenças na organização política e cultural, bem como os diferentes traços fenotípicos dos outros povos com os quais interagem, atribuíram um novo significado a ideia de raça, que até então indicava apenas procedência geográfica. Muitos podem alegar, que seria incoerente falar da concepção de raça antes do século XIX, pois tal

conceito apenas entra em uso posterior a esse período, contudo Arias e Restrepo (2010, apud Bernardo Neto [2021]) discorre que um conceito pode existir antes mesmo que se designe uma palavra para nomeá-lo. E foi isso que aconteceu com o conceito de raça. A partir deste período, a ideia de raça passou a trazer consigo uma entonação de superioridade ou inferioridade, de privilégios ou imposição, de poder ou subalternidade, passando a estabelecer uma relação supostamente “natural” entre “dominador” e “dominado”, entre “evoluído” e “primitivo”, “desenvolvidos” e “atrasados”.

Foi a partir do período da Modernidade que se reconfigurou a ideia de raça tal qual a conhecemos atualmente. De acordo com este prisma eurocêntrico, as diferenças entre os povos europeus, americanos e africanos não foram vistas sob uma perspectiva horizontal, como um equivalente apesar de diferente, mas na perspectiva de um prisma vertical, como indício de que esses outros povos eram sociedades “inferiores”, “atrasadas”, “retrógradas”, “subalternas”. Segundo o autor, esta nova conotação atribuiu hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes “[...] Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidos como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Este processo que Quijano (2005) aborda em sua obra constitui um bom exemplo do que Boaventura (2002) denomina de “*Lógica da Classificação Social*”, uma perspectiva inerente ao pensamento eurocêntrico. A divisão dos povos em categorias raciais, castas, níveis e classes sociais naturalizam as relações hierárquicas. A “classificação social assenta em atributos que negam a intencionalidade da hierarquia social”, o que, a longo prazo, fomenta o conformismo, a aceitação da subalternização, levando a uma relação entre dominador e dominado. (SANTOS, 2002, p. 247). Com o passar do tempo, esta dicotomia torna-se mais suave, com atritos mais escassos. A naturalização desta hierarquização tende a tornar as relações mais “pacíficas” e “aceitáveis” por parte dos dominados.

Convém ressaltar que ao longo do processo de colonização e subjugação de outros povos, muitas vezes os colonizadores/brancos descreveram os não-brancos como a própria essência do mal, como povos inferiores e imorais. Em resumo, talvez se possa dizer que estes foram muitas vezes caracterizados pelos colonizadores (brancos) como o que existe de pior na humanidade. Segundo Memmi (2007):

A desvalorização do colonizado se estende a tudo o que ele toca: inclusive ao seu país que é feio, quente demais, espantosamente frio, mal cheiroso, de clima viciado, com a geografia não desesperada que o condena ao desprezo e a pobreza, à eterna



dependência. (MEMMI, 2007, p. 104).

O autor, convergindo com o que Quijano (2005) aborda, salientou que tais julgamentos sempre tomavam como base a realidade do lugar de origem dos colonizadores, ou seja, os países europeus, tanto nos aspectos humanos quanto naturais, relacionando-os às positivities, tais como o clima temperado e a “raça” branca, por isso julgavam o diferente como ruim (o clima tropical e as outras categorias raciais).

Convergindo com o exposto, essas diferenças de costumes e tradições contribuíram para que todos os índios no Brasil foram “classificados” como preguiçosos, todos foram “enquadrados” na mesma categoria, “batizados” de índios. A diversidade étnica e cultural, as várias línguas e costumes e os diferentes ambientes em que residiam não impediram os europeus de homogeneizá-los. Eles não reconheceram que existiam Tupis, Pataxós, Krenaks, Puris, Guaranis, Botocudos e muitos outros grupos indígenas. Em seu livro, Memmi (2007) questiona se, realmente, seria possível caracterizar todos os colonizados como preguiçosos. Como podem povos tão distintos, com vasta riqueza cultural, com diversos ritos e costumes, com tantos anos de existências, serem igualmente preguiçosos? De acordo com Memmi (2007) o colonizador:

[...]Decide que a preguiça é constitutiva da essência do colonizado. Isto posto, torna-se evidente que o colonizado, qualquer que seja a função que assuma, qualquer que seja o zelo com que a ela se dedique, nunca será nada além de preguiçoso [...] (MEMMI, 2007, p. 119).

E segue evidenciando que:

Praticamente não se entende, por que o colonizado seria a um só tempo, menos e mau, preguiçoso e retardado. Ele poderia ser menos e bom, como o bom selvagem do século XVIII, ou pueril e resistente no trabalho, ou preguiçoso e astuto. Melhor ainda, os traços emprestados ao colonizado se excluem mutuamente, sem que isso incomode seu procurador. Ele é retratado ao mesmo tempo como frugal, sóbrio, sem necessidades extensas e capaz de engolir quantidades repulsivas de carne, gorduras, álcool, qualquer coisa como um covarde que tem medo de sofrer, e como um selvagem que não é detido por nenhuma das inibições da civilização e etc. Prova suplementar de que é inútil buscar essa coerência em outro lugar que não no próprio colonizador [...] (MEMMI, 2007, p. 121).

Será que eles, os colonizadores, nunca reconheceram um ato “bom” nos povos não-brancos? Qual a real necessidade de sempre interpretar ou de caracterizar tudo feito pelos não-brancos como ruim? Por que é sempre o europeu tratado como o “certo”, “herói”, “corajoso”, dotado da razão? A resposta não é muito difícil. Como se definiam como o povo supostamente mais inteligente e evoluído, tudo deveria ter como ponto de partida a Europa e os “brancos”, desde as crenças e costumes até o ato de se vestir. Desta forma, os indígenas, devido sua suposta

“inferioridade natural”, não seriam capazes de desenvolver qualquer ato de coragem, honestidade, seus saberes e conhecimentos eram simplesmente inválidos, equivocados ou ultrapassados e, por isso, irrelevantes.

Dessa forma, se o europeu desprezava tanto o “Novo Mundo”, se essas terras possuíam tanto mal e são povoadas por pessoas tão “atrasadas” e “selvagens”, quais motivos o prendiam neste lugar? Por que o europeu não voltava para sua terra natal que possuía tantas belezas e qualidades, de clima “bom” e “aconchegante”, de pessoas “cultas” e de um incrível “progresso”? Memmi (2007) nos fornece uma resposta para essa questão:

A metrópole só é tão grande porque está além do horizonte e permite valorizar a existência e o comportamento do colonialista. Se ele voltasse para lá, ela perderia sua sublime, e ele deixaria de ser um homem superior: se ele é tudo na colônia, o colonialista sabe que na metrópole não seria nada; lá novamente ele seria um homem qualquer [...]. Como ele poderia abandonar o único lugar no mundo em que, sem que seja um fundador de cidade ou um herói de guerra, é ainda possível batizar vilarejos e elevar o próprio nome à geografia? (MEMMI, 2007, p 98).

Segundo Memmi (2007), a resposta reside, portanto, nos “benefícios” que a “selvageria” trazia consigo. Afinal, foi nestas terras que muitos europeus conseguiram enriquecer graças a exploração de outros povos, como os “índios” e “negros”, conseguiram pagar menos impostos, gastar menos com a mão de obra (geralmente compulsória), além de manter sua segurança com orçamento da metrópole. A terra que, segundo o seu pensar, perpetuava o atraso, seria a mesma que iria lhes proporcionar riqueza.

Com o passar do tempo, os europeus transmitiram aos não-brancos elementos de sua cosmologia. Contudo, havia nesse processo uma seletividade que tinha por objetivo auxiliar na dominação, no sentido de “capacitar” o não branco para as atividades e necessidades dos europeus. Para isso, transmitiam um pouco da sua cultura, seus hábitos e crenças, o que juntamente à coerção, gradativamente, produziu uma aceitação da subalternidade e o reconhecimento da suposta “superioridade” europeia.

Mesmo após ter terminado o período de influência política direta dos europeus sobre este território (com a independência política), os não-brancos permaneceram reproduzindo os comportamentos e os pensamentos dos europeus, perpetuando a visão eurocêntrica de mundo, caracterizando o que Quijano (2005) denomina de colonialidade do poder. Com o tempo, essa colonialidade tornou-se comum e a reprodução desses aspectos culturais “importados” dos europeus permaneceu tão vívida que esse fenômeno ainda se perpetua nos dias atuais, seja por

meio da classificação racial, costumes, idioma oficial ou pelas festividades que evidenciam e comemoram a suposta ascendência europeia da população local, elementos que atuam como fortalecedores/perpetuadores da colonialidade.

Por trás desta visão racista que tinha como objetivo inferiorizar o não branco, também havia a pretensão de por meio deste discurso legitimar a colonização. Com o ato de degradar continuamente o não-branco, os europeus tinham como pretensão internalizar este discurso ao próprio não-branco, legitimando assim, as supostas benevolências e positivities do processo de colonização.

Além de inferiorizar o diferente, os colonizadores utilizavam-se de um discurso que Quijano (2005) classifica como o “pensar do protetorado”, pois, na perspectiva europeia, diante de tanta “inferioridade”, “falta de capacidade”, o europeu vê-se “obrigado” a assumir os postos mais privilegiados. Desta forma, era comum ouvir que era do próprio interesse do colonizado ser excluído das funções de dirigentes, pois essas pesadas responsabilidades deveriam ser reservadas ao colonizador. São muitos os casos onde que os não europeus eram excluídos da política, economia e de todas as funções de poder, privilégio e “honra” que existem em sua Colônia/País/Estado.

A ideia de raça imposta ao não-branco pelos colonizadores sempre estabeleceu uma hierarquia que supostamente é imutável, a fim de fundamentar e tornar legítimo um processo violento, que promoveu um vasto genocídio desses povos e a usurpação de seus territórios. Segundo Memmi (2007):

O racismo parece, assim, não como um detalhe mais ou menos acidental, mas como um elemento consubstancial ao colonialismo. Ele é a melhor expressão do fato colonial, e um dos traços mais significativos do colonialismo. Não apenas estabelece discriminação fundamental entre colonizador e colonizado, como fundamenta sua imutabilidade. Só o racismo autoriza afirmar para a eternidade, substantivando-a, uma relação histórica que teve um começo datado (MEMMI. 2007, p. 110-111).

Desta forma, a ideia de raça é base deste discurso de “subalternidade”, “inferioridade” e “atraso”, o pensar de que “o progresso seria o modo europeu”, buscando justificar a “importância” e a suposta “benevolência” do europeu ao colonizar as terras do “Novo Mundo”, um discurso manipulador e pseudo-romântico a fim de esconder as usurpações e genocídios cometidos.

Certamente, convivendo com o europeu e ouvindo sempre que era “preguiçoso”, “débil”, “selvagem”, “retardado”, os não-brancos com o tempo, acabaram por interiorizar essa

representação:

Para que o colonizador seja completamente o senhor, não basta sê-lo obviamente, é preciso ainda que ele creia em sua legitimidade; e para que essa legitimidade seja completa, não basta que o colonizado seja objetivamente escravo, é necessário que ele se aceite como tal. (MEMMI, 2007, p 126).

Quando o não-branco aceitou a sua “insignificância” e reconheceu a “superioridade europeia” começou a desvincular-se de suas tradições, de seus costumes, dos seus hábitos para tentar tornar-se parecido com o colonizador e, assim, passou a legitimar o poder do colonizador sobre si mesmo. Segundo Memmi (2007) “[...] Um produto fabricado pelo colonizador ou uma palavra por ele proferida eram recebidas com confiança. Ainda que inadequados. Seus costumes, suas roupas, sua alienação e sua arquitetura foram minuciosamente copiados[...]” (MEMMI, 2017, p. 153).

A necessidade de se “europeizar” no intuito ingênuo de compartilhar dos mesmos benefícios dos colonizadores foi tão intensa que a imitação virou a opção mais adotada, pois o colonizador sempre era o que possuía toda a honra, poder, riqueza dentre outras virtudes. Todavia, mesmo tentando ser a cópia perfeita do colonizador, o não-branco nunca conseguiu ter a admiração e o respeito dele, pois não importa o tanto que tentasse, o quanto se empenhasse, o colonizador possuía uma característica que o não branco nunca iria ter: estes não nasceram na Europa e não são e jamais serão “brancos”.

A representação eurocêntrica de um território, direcionando em particular para o município de Jaguaré, nada mais foi que um meio de promover o enquadramento da memória no sentido de convencer a própria população local de que ela possui uma ascendência predominantemente europeia, no intuito de convencê-los que traziam consigo semelhanças com o colonizador. Tratava-se de uma tentativa de se “embranquecer” e, desta forma, tentar livrar-se do racismo desvinculando-se identitariamente dos povos não-brancos ao afirmar uma suposta descendências europeia; foi uma tentativa de se inserir em um grupo que possuía uma cultura supostamente mais “erudita, evoluída e superior” sendo necessário, para tal, invisibilizar a diversidade cultural existente na região, de fazer “desaparecerem” as demais origens étnicas da população local – neste caso, os descendentes de mineiros, alagoanos, indígenas e, claro, africanos e afrobrasileiros.

Cabe salientar que o eurocentrismo construiu uma percepção de cultura atribuindo a esta uma hierarquização, uma relação de poder. Todavia, segundo Damatta (1981) cultura é a forma como um povo se organiza para conviver em sociedade, elaborando um conjunto de regras,

valores e normas para que o relacionamento entre pessoas, outros seres e ambientes seja possível. “No sentido antropológico, portanto, a cultura é um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado [...]”. É por isso que, julgar uma cultura como inferior ou superior torna-se um completo equívoco, uma atitude etnocêntrica, pois não existe uma referência absoluta que deva ser seguida: cada povo construiu e constrói sua cultura de acordo com suas vivências, experiências e realidade (DAMATA, 1981. p.3).

Embora seja evidente, Memmi (2007) reforça que por mais que o colonizador desprezasse o “selvagem”, ele tinha ciência de que foi devido a essa relação desigual que conseguiu estabelecer privilégios, de que foi explorando esse povo “atrasado” que o colonizador conseguiu acumular riquezas, que foi por meio da pobreza dos não-brancos, das suas feridas, de seu trabalho árduo, de sua falta da escolaridade e de proteção social e jurídica que os europeus conseguiram elevar seu nível de vida. Além disso, houve a hereditariedade de seus conterrâneos de origem europeia na política e cargos da administração que pouco tem a ver com mérito ou competência.

Este fato ainda faz parte do nosso cotidiano, apenas não damos conta disso. Sobre as “raízes culturais” que nutrimos, a influência do eurocentrismo foi e ainda é intensa, grosseira e imposta. Regularmente fazemos ou imitamos a forma como os europeus viviam e pensavam e, conseqüentemente, remetemos aos preconceitos que eles compartilhavam. Analisando a forma como nós, enquanto sociedade, contamos a história local, é possível notar que sempre buscamos manter e evidenciar uma suposta ascendência europeia, utilizando as categorias raciais para produzir uma relação de verticalidade, de lugar de direito, de dominação. Memmi (2007) afirma que:

[...] O país [fruto da colonização] é ritmado por suas [dos europeus] festas tradicionais, até mesmo religiosas, e não pelo dos habitantes [nativos], o dia do descanso semanal é o do seu país de origem, é a bandeira de sua nação que paira sobre os monumentos, é sua língua materna que permite as comunicações sociais [...] MEMMI, 2007, p 46).

Segundo o censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, 64,2% da população brasileira pertence a Igreja Católica Apostólica Romana, outros 22% da população participa de alguma das muitas vertentes Evangélicas, 21,2 % da população são da Umbanda e 8.7% do Candomblé. Desta forma, fica nítido, segundo os dados desta pesquisa, que a grande maioria da população do país pertence a uma religião que historicamente está relacionada com a influência europeia do período colonial. Aqui no Brasil, quando se aborda sobre a diversidade religiosa, mais especificamente sobre religiões de matriz indígena e/ou africana, de seus

deuses e suas crenças, a repulsa de quem ouve é quase instantânea.

Para exemplificar o que foi abordado no parágrafo acima, basta uma breve pesquisa na internet sobre a intolerância religiosa nos últimos anos. Uma reportagem do site da Câmara dos Deputados, Calvi (2019) aborda sobre o desrespeito às religiões de matriz africana, afirma que cerca de 200 terreiros de matriz africana foram depredados no estado do Rio de Janeiro. O mesmo site, informou que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, responsável por esse tipo de levantamento de dados, recebeu em 2018 506 denúncias de discriminação religiosa contra terreiros e religiões de matriz africana. Segundo o G1 (2019), em 2018 foram registrados 72 ataques diretos contra umbandistas, e de janeiro a junho de 2019 o ministério registrou 61 denúncias de discriminação contra adeptos de religiões afros.

Para evidenciar ainda mais a influência eurocêntrica desde o processo de invasão / “colonização” até a atualidade, pode-se abordar a descendência da população e as histórias familiares de nossos antepassados. Frequentemente percebe-se nas falas das pessoas o orgulho ao mencionar sua suposta ascendência europeia: italiana, alemã, pomerana, holandesa, polonesa dentre outras. É comum encontrar nas bibliotecas municipais registros da chegada e da vida desses imigrantes europeus ou ainda museus que abordam exclusivamente essas histórias. Contudo, não são frequentes os registros sobre os indígenas e ou africanos e seus descendentes aqui no Brasil. Desta forma, suas histórias, cultura, tradições e conhecimentos foram se apagando, desaparecendo, ao passo que a dos imigrantes europeus, a cada dia, se tornam mais vívidas entre a população capixaba.

As contribuições de Memmi (2007) para essa reflexão são amplas e proporcionam um melhor entendimento da relação do europeu com o “selvagem”. Contudo, cabe salientar que por mais que seu texto caracterize perfeitamente o que se passou na América do Sul, suas reflexões foram fundadas nas relações dos europeus com os árabes, demonstrando tratar-se de um padrão mundial, que não é restrito a América, sendo algo inerente à relação que os europeus construíram com todos os outros povos. Desta forma, o processo de invasão e usurpação dos territórios destes povos tão distantes geograficamente foram muito parecidos e por isso, seu pensar encontra-se aqui presente e também fundamenta esta reflexão.

É necessários notar que, quando Quijano (2005) relata que a nova designação de raça foi associada aos papéis e lugares que estes desempenhavam dentro da organização global do trabalho, deve-se observar que, na história, os colonizadores e seus descendentes sempre

foram legitimados como dignos de trabalho pago, bem como a função da administração e da políticas, enquanto os não-brancos, devido a sua raça, e portanto, à sua suposta condição natural de inferioridade, estariam sempre a exercer trabalhos a princípio não pagos e “inferiores”.

Quando este tema é trazido à atualidade é possível compreender a sutileza de como o eurocentrismo e o racismo ainda estão presentes em nossa sociedade em que as oportunidades não são iguais a todos. Os filhos dos pobres, pretos e muitas vezes favelados, permanecem não tendo condições ou possibilidades de acesso à educação de qualidade e políticas públicas que transformem suas vidas, morando em locais em que as políticas do Estado são escassas (exceto a violência policial), longe das áreas centrais e de ambientes de lazer. Quando, eventualmente, algum destes concluem algum curso superior socialmente valorizado, tornando-se médico, pesquisador/cientista, advogado, engenheiro, dentre outras profissões, é notícia “digna” de capa de jornal.

Mediante ao exposto e ciente da intensa exigência do mundo do trabalho, geralmente se mantém o círculo vicioso, sendo muito comum que atividades que requerem menor escolaridade e oferecem menores remunerações sejam exercidas por segmentos desprivilegiados da população, provenientes da favela ou de outros locais que sofrem com a segregação, sendo marcados pelo racismo.

Para desconstruir essa forma hegemônica de ver o mundo, é necessário entender o porquê dessa visão eurocêntrica, quais os elementos teóricos evidenciam essa forma de pensar e apreender o real.

#### 4.1 EUROCENTRISMO E EVOLUCIONISMO

De forma semelhante à análise de Quijano (2005), Sousa Santos (2002) destaca como elementos centrais do eurocentrismo, além da ideia de raça, o evolucionismo, que consiste em uma visão unilinear da trajetória humana, muito associada às ideias de progresso, desenvolvimento e ao conhecimento científico. O primeiro ponto elencado por ele é denominado de “*monocultura do saber e do rigor do saber*”. Para a cultura eurocêntrica, o único conhecimento válido é aquele possível de ser testado e comprovado nos moldes da ciência moderna, ou seja, sob este viés, o conhecimento científico é o único conhecimento válido e os demais saberes existentes são desqualificados ou ignorados.

O segundo elemento básico desta forma de pensar é o que ele chama de “*monocultura do tempo linear*”, que seria premissa de que a história e o futuro têm “sentidos e direção únicos e conhecidos”, uma visão linear da história humana. O autor ainda afirma que esse conceito foi reforçado com a ideia de progresso, revolução, modernidade, desenvolvimento e crescimento. Nesta concepção, o desenvolvido é aquele que está na frente “[...] a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo, seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, o conhecimento [...]” (SANTOS, 2002, p. 247). Desta forma, esses países líderes devem ser vistos como a referência para o mundo e aqueles que estão distantes deste modelo são designados “atrasados”, são considerados “primitivos”, “selvagens”, “retrógrados”, “subdesenvolvidos”.

Para ilustrar essa concepção, a própria classificação de que certos países são “desenvolvidos” e que todos os países deveriam alcançar esse status, se igualando a tais países, outrora chamados países de primeiro mundo, como os EUA, a Noruega, Austrália, Suíça, Dinamarca, dentre outros, é uma reprodução desse espírito eurocêntrico existente no meio acadêmico e político. Assim, as comunidades tradicionais, que mantêm hábitos de seus antepassados, utilizam ferramentas como a enxada, o facão, cultivam seus próprios alimentos, fazem uso de plantas medicinais, extraem alimentos e matéria prima da natureza de forma sustentável, geralmente são classificados como “selvagens”, “atrasados” de maneira geral, sendo vistos como “seres do passado”, pois se tem o entendimento de que estas realidades não são condizentes com o século XXI.

Outra característica desta mentalidade denominou-se de “*lógica produtivista*”. Sob este prisma eurocêntrico, “crescimento econômico é um objetivo inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade [...]” (SOUZAS SANTOS, 2002, p. 248). Este pensar está fundamentado na concepção de que é apenas por desenvolvimento das relações capitalistas e da lógica de mercado que se pode alcançar o “progresso”. Aqueles que não compartilham dessa premissa recebem adjetivos como “preguiçosos”, “não qualificados”, dentre outros. Seguindo caminho oposto a essa lógica, se pensarmos nas comunidades tradicionais, sobretudo nos povos indígenas que viviam de acordo com a disponibilidade de recursos ofertados pela natureza, não estabelecendo laços comerciais com o sistema de mercado capitalista, não almejando o “crescimento econômico”, remete-se que o modo de vida deles era o oposto do que a lógica produtivista pregava.

Seguindo a linha de pensamento de Boaventura (2002), Wallerstein (2006) descreve que,



historicamente, diversas vertentes políticas, entre eles liberais e marxistas ortodoxos e mesmo os conservadores, concordavam que a única forma dos Países/Estados superarem o “atraso” é imitando os desenvolvidos, buscando os mesmos caminhos. Segundo este autor:

[...] como é que as nações atrasadas vencem o atraso? [...] a resposta número três sem sido essencialmente: imitem! [...] Não obstante, seja fácil ou difícil, esse é o único caminho. Quanto a isso, os liberais e marxistas têm estado em profundo acordo. Os conservadores não discordam de que a imitação funciona (WALLERSTEIN, 2006, p. 67).

Wallerstein (2006) esclarece que, sob este prisma eurocêntrico, desenvolvimento não é um estado inerte, isolado, sendo necessário um caminho certo para ser alcançado. Segundo o autor, desenvolvimento é ter mais, mais do que se tinha antes, mais do que outro País/ Estado, ou seja, ampliar a produção, a aquisição de bens, o poder de consumo, em síntese, desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. O próprio período de pandemia pela Covid-19 que atualmente estamos vivendo, ilustra essa questão. Segundo o Jornal Estado de Minas Gerais (2020) “O ministro da Economia, Paulo Guedes e sua equipe cortaram a projeção de avanço do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,1% para 0,02% [...]” (ESTADO DE MINAS GERAIS, 2020). Considerando que o isolamento social reduz o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, haverá menor arrecadação e, desta forma, o Brasil não estará se desenvolvendo como o esperado, ou como Wallerstein (2006) classificaria “maus momentos”, considerando que “são aqueles em que julgamos ou tememos ter menos”. (WALLERSTEIN, 2016, p.126)

#### 4.2 OS REFLEXOS DO EUROCENTRISMO SOBRE AS IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES

Atualmente, na Geografia assim como nas Ciências Humanas em geral, predomina a premissa de que os universos simbólicos e material da existência humana estão imbricados e são mutuamente influenciados. Segundo Bernardo Neto (2020) aceitar essa premissa “não significa negar a importância da materialidade”, “pelo contrário, tal opção se mostrava um possível caminho para se superar os impasses e limitações de formas dicotômicas de se apreender o real” que se encontravam presentes nesta área do saber até meados do século XX. Foi durante os anos de 1960 e 1970 que a Teoria Social Crítica veio a consolidar essa premissa de que a realidade é constituída pela união indissociável dessas duas dimensões: simbólica e material.

Para os propósitos desta pesquisa, é primordial compreender as relações dos povos com o seu

espaço de referência e de vivência sob o prisma das relações de poder e de pertencimento, o que a Geografia busca fazer por meio do conceito de território. Segundo Haebaert “[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder” (HAESBAERT, 2012, apud BERNARDO NETO 2020, p. 17). Neste sentido, o território não pode ser entendido apenas como a dimensão concreta do espaço geográfico, como a matéria; sua existência transcende as demarcações físicas que delimitam o espaço, agora territorializado. Ele também é constituído por relações subjetivas, abstratas, pelos sentimentos de pertencimento e identificação, pelas representações que uma pessoa compartilha sobre aquela porção do espaço. Para Bernardo Neto (2020):

[...] o território é um espaço para com o qual o grupo nutre uma relação afetivo-identitária e também uma presunção de direito/titularidade, o que o torna uma ferramenta imprescindível à análise das relações espaciais de poder [...] (BERNARDO NETO, p.17, 2021).

Para Raffestin (1993), os geógrafos, por muito tempo, criaram verdadeiras confusões ao abordar e tentar conceituar o espaço e o território, constantemente observa-se que usam ambos os conceitos como se fossem sinônimos. Contudo, segundo o este autor, o espaço deve ser entendido como:

[...] anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializar” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Desta forma, o espaço atua como a base para que o território possa se constituir e vir a existir. Logo, pode-se compreender que o espaço precede ao território. Após a conversão de um espaço em território, é necessário assegurar a sua posse, ou melhor, o seu domínio, que na Geografia, conceituamos como territorialidade. Para Bernardo Neto (2020) “quanto mais um grupo sentir que sua existência depende de seu território, seja por aspectos materiais ou simbólicos, maiores tendem a ser seus esforços para proteger e manter aquele território”.

Desta forma, para que isso ocorra, existe a necessidade de construir/organizar ações políticas e culturais a fim de reforçar relações de pertencimento, que façam as pessoas sentirem-se identificadas com aquele local, sentirem que aquele ambiente faz parte de suas vidas, em que construam vivências, momentos que ficaram marcados, ou seja, uma articulação para aproximar as pessoas afetiva e emocionalmente daquele recorte espacial, territorializando o espaço.

Entretanto, é necessário entender que a relação tempo-espaço é um elemento constituinte da territorialidade, pois ambos são inseparáveis e agem sobre a percepção do indivíduo e influenciam em como ele entende e se relaciona com o território, em como este é ou será percebido, pois segundo Massey (2013, apud Bernardo Neto [2020]) “o espaço é uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes” e que, tal qual o tempo, ele “modula nossos entendimentos do mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política”. A forma como representamos a história de um território, portanto, é de forte influência sobre as identidades e territorialidades.

Convivendo em um território, as pessoas criam experiências individuais e compartilham vivências e experiências coletivas. A partir do momento em que as “[...] lembranças individuais se mesclam com experiência de outros membros do grupo”, “tornando-se praticamente indiferenciáveis para os sujeitos que o compõem (BERNARDO NETO, 2021, p.12), constrói-se o que se conceitua como memória coletiva, que influencia no modo como uma comunidade ou um grupo de pessoas se enxergam (identidade) e se comportam. Influenciam suas vivências e as relações afetivas que nutrem para com o espaço onde vivem, ou seja, influenciam sua territorialidade.

Diferente da história, que segue alguns princípios científicos e metodológicos que a torna menos suscetível a uma alteração brusca e repentina, a memória coletiva encontra-se sujeita a maiores transformações e manipulações. Muitas vezes, para alcançar um certo objetivo é preciso desconstruir e reconstruir memórias, realizando o que Pollak (1989, apud Bernardo Neto [2020]), chama de enquadramento da memória, que de acordo com Bernardo Neto (2020) consiste em “um trabalho de reinterpretação do passado em função de um projeto de futuro, guiado pela preocupação de manter ou modificar as fronteiras sociais do grupo; uma tentativa deliberada de promover transformações sobre a memória coletiva”, ou seja, ocorre uma manipulação dos acontecimentos e fatos do passado a fim de moldar uma suposta verdade que necessita ser reconhecida e incorporada pelo grupo (BERNARDO NETO, 2021, p. 14).

De acordo com Bernardo Neto (2020), é comum encontrar na historiografia brasileira e em particular na historiografia capixaba representações de tempo-espaço com fulcro na trajetória europeia pelas terras da então colônia, nas quais a presença de outros grupos étnicos está praticamente invisibilizada, pois quando eventualmente encontra-se um relato sobre tais grupos, geralmente se resume em poucas frases, sem muita profundidade ou significado histórico.

Em grande medida, esse eurocentrismo se fundamenta em uma forma de representar tempo-espacos do passado que Moreira (2001), apud Bernardo Neto (2020), conceituou como ideologia dos vazios demográficos. Segundo Bernardo Neto (2020), são narrativas que infelizmente ainda encontram-se presentes em muitos trabalhos acadêmicos, que ignoraram ou menosprezaram a presença dos indígenas e negros que habitavam e habitam esse territórios que atualmente conhecemos como Brasil, pois o processo de usurpação do território desses povos também se baseia na construção de narrativas históricas, de representações tempo-espacos do passado, que invisibilizam aqueles que aqui viviam e aqui construíram suas histórias.

Trata-se de um subterfúgio para se omitir a violência inerente ao processo de colonização, descrevendo as terras conquistadas pelos colonizadores como espacos que, antes da chegada dos europeus, não dispunham de habitantes, de cultura e de tradições, como vazios demográficos, como desertos. O enquadramento da memória coletiva a partir deste prisma eurocêntrico e colonial, portanto, acaba por reforçar a territorialidade dos brancos / colonizadores, legitimando seu domínio sobre o território.

Um bom exemplo de todo o que foi abordado está presente na história da América do Sul, um recorte espacial onde situavam-se territórios de muitos grupos étnicos distintos. Com a chegada dos europeus e o estabelecimento da influência eurocêntrica, foram transformando-se as representações sobre este recorte espacial, modificando a cultura e os hábitos desses povos, transformando a forma como aqueles povos agiam consigo mesmo e com o outro por meio de uma narrativa que tinha o europeu no centro, promovendo progressivamente o enquadramento da memória desses povos.

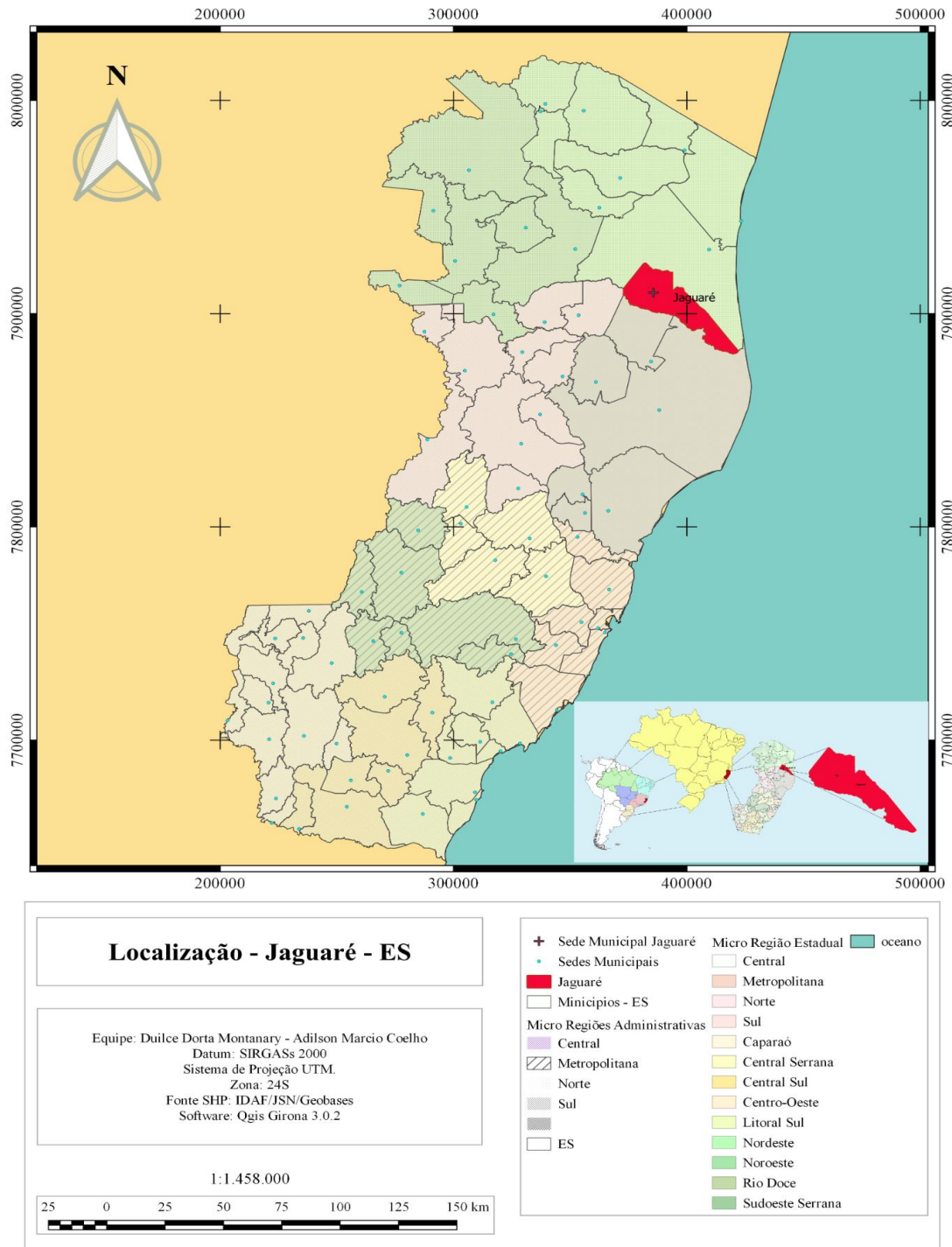
## **5 EUROCENTRISMO E COLONIALIDADE NAS REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS SOBRE JAGUARÉ E NA MEMÓRIA COLETIVA LOCAL**

O município de Jaguaré, localizado no Norte do Estado do Espírito Santo, é demograficamente pequeno. Em 2020, segundo o IBGE, a estimativa populacional era de 31.039 pessoas. No último censo demográfico (2010), a população era de apenas 24.678 pessoas. O município é majoritariamente agrícola. O comércio local gira em torno do campo, sendo o café e a pimenta as principais atividades econômicas do município. O perímetro urbano do município é pequeno e pouco verticalizado, não concentrando muitas atividades do circuito superior <sup>1</sup>, estando as principais atividades comerciais de seu espaço urbano direta ou indiretamente associadas ao campo.

---

<sup>1</sup> O circuito superior da economia para Santos (2014) caracteriza-se por possuir atividades de grandes dimensões, que requerem um alto grau de especialização e de emprego de tecnologia, são atividades e serviços de alto custo destinados a um público reduzido.

Imagem 1: Localização do município de Jaguaré



Fonte: Autor.

### 5.1 A SUPOSTA “ITALIANIDADE” DE JAGUARÉ

O território que hoje recebe o nome de Jaguaré possui em seu passado marcas e histórias que muitos habitantes do município desconhecem. Rotineiramente quando se fala dos primeiros moradores de seu território se aborda apenas a história de um povo e sob um viés: a chegada

dos descendentes de italianos para colonizar o município, porém a história de Jaguaré é mais velha que essa narrativa e vai além, sendo sua população fruto de uma matriz multiétnica.

Todavia, devido a colonialidade e eurocentrismo que ainda permeia no imaginário da população de Jaguaré, grande parte dessa história é esquecida. Com o decorrer do tempo verificou-se que houve um enquadramento da memória coletiva local, corroborando esse caráter colonial e eurocêntrico mencionado, invisibilizando assim outras matrizes étnicas da população local.

Os símbolos municipais claramente enfatizam essa “colonização italiana” em Jaguaré e invisibilizam as outras matrizes étnicas de sua população. A bandeira municipal, que foi criada por meio da lei municipal 231, de 13 de dezembro de 1991, é um exemplo disso.

Imagem 2: Bandeira do município de Jaguaré



Fonte: Plano Municipal de educação 2015/2025.

**Art. 1º** Fica criada a Bandeira do Município de Jaguaré, obedecendo aos seguintes critérios representativos:

- a) Quanto ao tamanho: 130 x 87,5 cm;
  - b) As cores verde, vermelho e branco, a colonização italiana;
  - c) O escudo sobposto à faixa, as culturas de café e pimenta;
  - d) O círculo preto, o carvão e o petróleo;
  - e) O ramo de café, uma das principais culturas do Município;
  - f) O mapa ao centro, de azul, traduz a lagoa que havia em Jaguaré, sendo o berço do Município;
  - g) A faixa de terra, o solo e a data de sua emancipação política.
- (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Municipal de educação, 2015 p 11).

É impossível não notar a escolha das cores, as quais são as mesmas que compõem a bandeira italiana. Na alínea b da lei que criou a bandeira, evidencia-se que as cores, vermelha, branca e verde são uma homenagem à colonização italiana. No brasão do município, o verde, branco e vermelho, cores da bandeira italiana, novamente estão presentes, enfatizando essa italianidade.

Imagem 3: Brasão do município de Jaguaré



Fonte: Plano Municipal de educação 2015/2025

O brasão do município é constituído por um homem branco, claramente não representando os indígenas e o negro/afro-brasileiros, apenas a suposta origem italiana está presente ali.

No município de Jaguaré, uma das comemorações culturais mais conhecidas é a “Semana Cultural Italiana”. De acordo com os membros da Associação de Moradores Italianos de Jaguaré – AMITEJ, tudo começou em 2006, quando um grupo de moradores do município, liderados por Elzio Lorencine foram a uma missa rezada em italiano no município de Marilândia. Após esse evento, alguns moradores do município de Jaguaré começaram a se articular com o objetivo de organizar jantares e almoços, a fim de encontrar amigos e familiares supostamente descendentes de italianos, onde eram lembradas histórias, vivências e costumes dos seus supostos ancestrais.

Com a divulgação desses eventos, a AMITAJ começou a receber convite de comunidades vizinhas e de outros municípios e entidades para se apresentar e organizar eventos fora de



Jaguaré. Percebendo a procura e o interesse da população, eles começaram a pensar em realizar eventos maiores. Tal fato ocorre em 2001, quando foi realizada a I Semana da Cultura Italiana e que teve um grande público.

Para realizar a *Semana da Cultura Italiana*, a AMITEJ conta com parceria de empresas locais, que auxiliam na ornamentação, organização e limpeza do local onde é realizada a festividade e que recebem uma parte dos lucros. A prefeitura de Jaguaré, através da Secretaria de Educação e Cultura, apoiava com o empréstimo de algumas estruturas, o que, entretanto, não ocorreu nas últimas edições. Segundo a associação, o objetivo da festa é promover o encontro de “famílias italianas de Jaguaré e de cidades vizinhas, resgatar nossas tradições através da música, danças e ricas culinárias italianas, o conto de casos históricos de colonização do município e as atividades de fizeram parte da vida dos nossos nonos e nonas” (AMITAJ, 2021).

## 5.2. ITALIANICIDADE: FATO OU DESEJO DOS CAPIXABAS?

Antes de se aceitar passivamente a premissa de uma suposta ascendência europeia da população desse município, entretanto, é extremamente importante compreendermos, além das reflexões expostas no primeiro capítulo, um pouco das reflexões e informações constantes na obra de Saletto (2000) sobre a “Composição étnica da População Capixaba” (título do artigo), que embora não fale exclusivamente de Jaguaré, traz reflexões a nível de Brasil e do estado do Espírito Santo que nos auxiliam a entender as múltiplas escalas do eurocentrismo, pois tal pensamento não fica apenas restrito ao município objeto da pesquisa.

Um nítido exemplo disto é percebido quando a autora aborda a nível de estado sobre como a população capixaba tende a se representar como descendente de italianos. Esse mesmo discurso também é possível de ser perceber em Jaguaré, município onde também ocorre um “esquecimento” das outras matrizes étnico-culturais de sua população.

A autora evidencia que em muitos trabalhos são recorrentes as “afirmações de que 70% (ou 60% em alguns casos) da população capixaba é descendente de imigrantes italianos” (SALETTTO, 2000, p 99). Segundo a autora, entretanto, a utilização deste dado sem menções a fonte ou a metodologia adotada contribuem para uma compreensão incorreta a respeito dos fatos históricos.

De início, Saletto (2000) destaca a contribuição dos indígenas para o processo de expansão da colonização no Espírito Santo e aborda o genocídio destes povos, bem como sua escravidão

recorrente até meados do século XVII, pois os escravos africanos eram caros e a viabilidade econômica destes só irá acontecer mais tarde com a capitalização dos engenhos, enfatizando a invisibilização desses povos nas representações sobre o Espírito Santo em geral, não obstante sua importância quantitativa e cultural sobre a população da capitania/província. Segundo a autora, nas últimas décadas do século XVIII “havia cinco vilas na capitania e três delas eram originárias do aldeamento dos jesuítas” (SALETTTO, 2000, p 102).

Um dado que chama a atenção no trabalho de Saletto (2000) faz menção ao processo de aproximação entre os indígenas e os brancos, para isso as indígenas eram “cedidas” aos colonos pelos nativos aliados na expectativa de que este ato “cimentaria a aliança” e intensificaria as relações políticas e econômicas entre os povos. As proles desta relação eram “integrados às famílias de seus pais, deixando se ser considerados índios” (SALETTTO, 2000, p 103), contribuindo assim para a invisibilização desse segmento étnico na composição da população capixaba. Fica nítido, portanto, que os dados oficiais a respeito da população indígena neste período não contemplam casos como esse.

A exploração da mão de obra negra de forma mais intensa ocorreu, segundo a autora, após 1621, com a importação de escravos diretamente da África que atuaram primeiramente nos engenhos de açúcar e posteriormente também nos plantations de café e de mandioca. Ela ressalta que com a expansão das lavouras cafeeiras, “nem mesmo a extinção do tráfico impediu que o número de cativos quase dobrasse até 1872 [...] O Espírito Santo era a segunda província com maior número relativo de escravos na população – 1 pessoa escravizada para cada 2,6 pessoas livres” (SALETTTO, 2000, p 105).

Em 1872, segundo Saletto (2000), “46% dos [indivíduos] livres [que não eram escravos] eram pretos e pardos contra 45% de brancos” (SALETTTO, 2000, p 105). Já em 1890 a população capixaba teve um aumento significativo na quantidade de pardos em decorrência do crescimento vegetativo e da miscigenação. A autora ressalta ainda que o crescimento acima citado advém do movimento de migração interna provenientes dos estados limítrofes, bem como da região nordestina. Neste mesmo período, segundo Saletto (2000), o processo de migração estrangeira foi intenso, o que ampliou significativamente o número absoluto de brancos na província capixaba. Todavia, em termos relativos, continuou havendo o predomínio de não-brancos na população do Espírito Santo, indicando que o crescimento de pretos e pardos foi igual ou até superior ao crescimento absoluto do número de brancos.

Desta forma, a autora conclui que o processo de miscigenação no Espírito Santo foi intenso e que muitas narrativas negam a diversidade existente, a ancestralidade indígena e africana /afro-brasileira de grande parte dos capixabas. Tal fenômeno claramente também ocorre em relação ao município de Jaguaré onde esta suposta origem italiana da população parece ser superestimada como se constata a partir dos símbolos e festejos municipais.

Ao citar Saletto (2000) e os dados do Espírito Santo, e o Brasil (diversidade religiosa) procurou-se evidenciar que, primeiro, o eurocentrismo não é algo recente e restrito ao imaginário da sociedade do século XXI, mas que infelizmente segundo Quijano (2005) é indissociável da cultura europeia e do expansionismo capitalista, e segundo, que o trabalho apresenta um diálogo de escalas, onde a população do Estado do Espírito Santo se sentem representada como descendentes de italianos, e que o mesmo discurso é perceptível em Jaguaré, município do Espírito Santo.

### 5.3 AS REPRESENTAÇÕES DE JAGUARÉ NA HISTORIOGRAFIA LOCAL

No livro “Jaguaré das Origens à Contemporaneidade”, de Aurich et al (1996), é possível encontrar breves e singelas menções sobre os não-brancos que já viviam neste território antes da chegada dos italianos e seus descendentes, que com o decorrer do tempo foram sendo “apagados”, esquecidos da história e da memória coletiva do município. Segundo Bernardo Neto (2020), esse “esquecimento” caracteriza-se por serem instrumentos:

[...] opressores e frequentemente imperceptível (porque simbólico, imaterial), das relações entre colonizadores e colonizados, aquilo que Memmi (2017, p.133), considera uma das mais graves carências desse processo de exploração: ser colocado fora da história, ser despossuído de sua própria memória e das identidades que nele poderiam ter fulcro” (BERNARDO NETO, 2020, p. 121).

Aurich et al (1996) abordam três momentos da história do município. De forma breve, discorre inicialmente sobre os indígenas que viviam neste território e que possuíam uma rotina em sintonia com a natureza: “a região era habitada e trilhada por naturais do lugar, vivendo em relativa harmonia com a mata, lidando com destreza e sabedoria com o mundo adverso e fascinante que o cercava” (AURICH et al 1996, p.17). É nesse período da história, segundo os autores, que havia uma relação de respeito com a natureza, uma sociedade que seguia uma lógica própria, que utilizavam a natureza como meio de sobrevivência, não como subsídio para acumular riqueza.

Um segundo momento dessa história tem por protagonistas pessoas que mais tarde serão

chamados pelos descendentes de italiano de “caboclos”. O autor descreve estes povos como um mestiço de indígenas e negros:

Cabelos lisos, pela acentuadamente bronzeada e tornada áspera pelo suor da labuta diária e pelos costumes rudes e libertos; feições que lembrava as características dos negros e dos nativos; estatura mediana, compensada pela habilidade de seus rápidos deslocamentos nas trilhas que ousavam explorar; vigor visível e destreza ao lidar com a mata; olhos negros e grandes acuidade visual, vencendo constantemente os obstáculos impostos pela natureza; lábios grossos e nariz típico do negróide. É difícil estabelecer com precisão a sua origem étnica (AURICH et al, 1996, p.20).

Sua origem não é muito precisa, mas segundo Aurich et al (1996) do Nordeste Brasileiro e de Minas Gerais, estes povos estavam fugindo da seca, sem período histórico definido. Diferente dos “naturais”, começaram a abrir clareiras na mata para plantar alguns alimentos, base para a suas refeições, conciliando entre a rotina na terra com a caça e a pesca, a relação com a natureza neste momento é ressignificada.

O caboclo é considerado pelos descendentes italianos como, “festeiro, com a marca permanente na alegria, do descompromisso” (AURICH et al 1996, p.25), indo de encontro ao que Boaventura (2002) denomina de *Lógica Produtivista*, ou seja, o viver sem estar integrado completamente ao sistema mundo capitalista. Segundo Aurich et al (1996), “mesmo pequenos acontecimentos como o sucesso da derrubada, ou da armadilha de aprisionar um animal, eram motivos para comemorar. Era então a hora da dança ao redor da fogueira, da cantoria ao som do violão” (AURICH et al 1996, p.25). Mesmo vivendo em um período em que já havia alguns comércios, o caboclo possuía uma forma de ver o mundo mais pacata e sem a perspectiva da inquestionável busca pelo lucro.

Ainda que de forma sutil, esse modo de viver e de perceber a realidade dos caboclos, ou seja, de não estar completamente inserido na lógica produtivista do mundo capitalista, ganhou aspecto de negatividade em função do eurocentrismo e da colonialidade.

Um outro grupo, não mencionado na historiografia do município, mas com grande contingente populacional,<sup>1</sup> são os quilombolas que se encontravam em municípios próximos de Jaguaré. Sabe-se que na região Norte do Espírito Santo existiam muitas fazendas que após a abolição da escravatura, devido à falta de mão de obra para execução dos trabalhos, foram abandonadas, “doadas” e/ou cedidas para os ex-escravos, pois na época a terra não possuía valor imobiliário. A região do Sapê do Norte, entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, é um exemplo de tal fato. Nestas localidades havia um grande contingente de fazendas, que após a abolição tornaram-se improdutivas devido à falta de mão de obra. Com o abandono e / ou

venda das fazendas pelos proprietários, grande maioria dos escravos que trabalhavam ali ou nas fazendas das vizinhanças começaram a concentrar-se nestas áreas, formando muitas comunidades quilombolas.

A partir desses dados chega-se à seguinte reflexão: havendo tantas pessoas que foram escravizadas, que formaram diversos quilombos nos arredores de Jaguaré, não seria de se esperar que algumas delas tenham se deslocado para lá? Parece difícil acreditar que nenhum quilombola e / ou ex-escravo tenha migrado para o atual município de Jaguaré, apesar de sua invisibilidade na historiografia local e nos símbolos do município.

O terceiro momento da história local, segundo os autores, iniciou-se na década de 1940, quando os primeiros descendentes de italianos teriam chegado ao município, oriundos do sul do Espírito Santo e tendo, portanto, que se adaptar ao clima mais quente do Norte, uma vez que no Sul do Estado Espírito Santo as temperaturas eram mais amenas em função do relevo.

A chegada dos brancos foi movida pelo incentivo governamental, uma política de estado que tinha como objetivo colonizar o Norte do Estado. Segundo o autor, nas décadas entre 1930,1940 e 1950 a região ainda possuía “áreas inexploradas, uma cobertura vegetal quase intocada, com terras a preços muito abaixo do mercado” (AURICH et al 1996, p.36). Assim, o desejo de possuir um lugar para chamar de seu, aliado à expectativa de crescimento e de acúmulo de riquezas, moveram vários pequenos agricultores e meeiros do Sul do Estado a aventurar-se para o Norte.

Os primeiros imigrantes brancos se estabeleceram na Ponte do Rio Barra Seca. Para adentrar a mata e começar a derrubada para plantio, o branco, segundo os referidos autores, contará com os serviços dos caboclos: “Esse primeiro embrenhar-se pela região contou com a experiência daquele que já conhecia bem o lugar, o caboclo[...]. Sem sua presença, os obstáculos seriam muito mais dificilmente vencidos” (AURICH et al 1996, p.47) haja vista o desconhecimento da região, das características topográficas e ecológicas, da diversidade da fauna e flora com fulcro em identificar os animais peçonhentos, das plantas medicinais, dentre outros aspectos, por parte desses camponeses do Sul do Estado. Desta forma, sem o “caboclo” sua adaptação teria sido ainda mais difícil.

Os conhecimentos que os caboclos compartilharam com os brancos os auxiliaram a se estabelecer neste local. Os autores destacam que o fato do caboclo “conhecer bem a região,

estar acostumado com o trabalho árduo exigido e ter a habilidade e a destreza para manejar o facão e o machado, ajudando o colono a preparar a terra para a chegada dos novos agricultores” (AURICH et al 1996, p.48). O caboclo, com seus conhecimentos tradicionais, sua experiência e mão de obra foi de grande importância à colonização da área pelos brancos.

Neste novo contexto, a relação do homem com a terra mais uma vez é redefinida. Os brancos trouxeram consigo uma visão diferente. Nas palavras dos autores, “[...]o colono vê a mata como algo a ser eliminado, pois precisa de espaço que lhe permita reconstruir sua vida agrícola[...]” (AURICH et al 1996, p.50). O branco está na constante busca pelo progresso, pelo desenvolvimento e crescimento econômico, característicos da *lógica produtivista* e a *monocultura do tempo linear* inerentes ao eurocentrismo, como expõe Santos (2002).

Segundo Aurich et al:

[...] Não é só a subsistência e o pequeno comércio que movimenta todos os interesses. Há também sonhos de riqueza, dando um sentido bem claro à propriedade, de posse da terra. É necessário fazê-la produzir lucro. A mata precisa ser derrubada em extensões cada vez maiores [...] (AURICH et al 1996, p. 29).

[...]acreditaram nas possibilidades de vencer as barreiras e os desafios na criação de um lugar que pudesse representar para elas o almejado “Eldorado”[...] (AURICH et al 1996, p. 35).

Este desejo de crescimento, de progresso, é inerente à *“lógica produtivista”*. Os brancos, ao contrário dos caboclos, encontravam-se totalmente inseridos no sistema mundo capitalista e em sua lógica própria. Desta forma, o desejo de acumular riquezas, de obter o crescimento econômico, faziam parte de seu *ethos*. De acordo com Aurich et al:

O agricultor que vinha do Sul já habilitado e com técnicas mais desenvolvidas, pensava de forma diferente, com objetivos voltados para o lucro e a expansão. O caboclo, mesmo sendo muito útil nesses primeiros tempos, não tinha condições de trabalhar sozinho na terra, ampliando sua produção. Prova disso é o pagamento que também aceitava receber dos colonos pelas "tarefas" realizadas: além do dinheiro, mercadorias comumente usadas - querosene, carne seca, cachaça [...] (AURICH et al, 1996, p. 47-48).

Esta visão de mundo expressa pelos autores configura aquilo que Boaventura (2002) descreve como *“monocultura do saber e do rigor do saber”*, haja vista que eles, ainda que sutilmente, acabam defendendo uma suposta superioridade cultural dos europeus afirmando que os brancos possuem *“técnicas mais desenvolvidas”*, desqualificando assim os saberes que eles próprios afirmam que foram imprescindíveis à sobrevivência desses *“brancos”*. O parâmetro que o branco possuía de vivência, de progresso, era de sua terra de origem, o Sul do Estado, desta forma, tentava reproduzir ali seu lugar de referência.

Essa atuação dos caboclos na derrubada da mata foi tornando o local ainda mais atrativo para os brancos, pois à medida que a vegetação natural era suprimida, dava-se espaço para as lavouras, tornando o local mais cobiçado, tendo em vista a facilidade de se começar com o manejo da terra (AURICH et al, 1996). Com a constante chegada dos brancos, as cercas foram se espalhando por toda parte, desfigurando o local que outrora era usado de forma coletiva, comunal, pelos caboclos. A terra vai tornando-se propriedade particular.

Com o decorrer dos anos e com a supressão da vegetação, a relação do branco com o caboclo vai tornando-se menos intensa e menos interessante, sob o prisma dos colonizadores brancos, já que este último atuava como fonte de mão de obra para o branco, sobretudo no trabalho de derrubada da mata e na preparação do terreno para o plantio. Nesse contexto, segundo os autores, "gradativamente, essa relação de mútua ajuda entre o colono e o caboclo foi sofrendo alterações. O caboclo deixou de ser o elemento imprescindível, afastou-se. Vendeu os direitos das terras. Dispersou-se" (AURICH et al 1996, p.48). Segundo Bernardo Neto (2012) esse "dispersar" do caboclo ao qual se referem os autores envolveu uma situação mais complexa que parece omitida na referida obra: a usurpação das terras comunais dos caboclos pelos colonos descendentes de europeus ao longo do avanço da fronteira econômica.

No Espírito Santo, desde meados dos séculos XVII, as terras indígenas vêm sendo conquistadas, principalmente em virtude do predominante discurso da necessidade de colonizar a região que a princípio concentra-se no Sul do atual Estado do Espírito Santo, tendo como eixo econômico a região de Cachoeiro de Itapemirim. Segundo o INCRA (2012), até o início do século XX "[...] a expulsão dos indígenas parece ter sido mais intensa nas vilas e cidades mais próximas às principais áreas produtoras desse gênero [café], no sul da província, entre os Vales do Itapemirim e Itabapoana, [...]" onde predominavam extensas áreas de latifúndio. Foram os grupos que faziam uso daqueles territórios que sofreram os primeiros impactos, pois à medida que a frente de expansão <sup>2</sup> avançavam, eram obrigados a adentrar a mata e, posteriormente, o mesmo se repetiu no Norte.

A usurpação dos territórios que então pertenciam aos indígenas começa com a expulsão dos jesuítas e, mesmo possuindo por ora o respaldo da lei, as terras indígenas foram sendo invadidas. Segundo Moreira (2002), apud Bernardo Neto (2012), "no mínimo e na pior das hipóteses, as

---

<sup>2</sup> A frente de expansão caracteriza-se segundo Feliciano (2006) por ser uma primeira ocupação das terras naturais realizadas por posseiros, que começam a suprimir a vegetação para produzir alimentos, geralmente para sua subsistência.

tribos independentes tinham por direito pelo menos as terras dos aldeamentos que deveriam ser fundados para eles”. Contudo, mesmo nos casos em que os grupos indígenas receberam as sesmarias indígenas e que as tiveram confirmadas, como foi o caso dos indígenas da Missão de Reritiba, e da Missão dos Reis Magos, foram expulsos de suas terras pela invasão dos brancos.

A promulgação da lei de terras em 1850 não trouxe mudanças significativas para os indígenas, pois na lei de terras apenas menciona que se deve “reservar terras à “colonização indígena” o que é muito amplo e não proporciona nenhuma ação concreta, a falta de definição de critérios, a omissão do direito original, dos direitos individuais e coletivos dos indígenas, só contribuiu para reforçar o processo de usurpação das terras indígenas. Segundo Bernardo Neto (2012) em 1860, a lei 1.114 de 27 de setembro criou mecanismos para ampliar a desapropriação das terras que compunham as missões jesuítas, as mesmas que foram concedidas aos indígenas e, portanto, eram suas por direito, que autorizava os governos a vender tais terras que “tivessem abandonadas cedendo, todavia, a parte que julgava suficiente para aculturados que neles ainda permanecessem, e os requeressem”. Sem adentrar na óbvia contradição, a arbitrariedade desta lei é algo chocante, cabe aqui evidenciar que a lei 1,114, de 1860, delega para que os mesmos que atuaram usurpando as terras indígenas que ficassem responsáveis de “conceder-lhes terra que julgassem suficientes”.(MOREIRA 2002, apud BERNARDO NETO 2012, p. 87).

Com a chegada dos imigrantes europeus e seus descendentes no Norte do atual território do Espírito Santo, à medida que ia ocorrendo a valorização das terras na região, os indígenas e caboclos eram obrigados a deixar suas terras e partirem, seja de forma pacífica, com a compra da sua área pelos “brancos”, seja por meio da repressão e da ameaça, usando a burocracia estatal para intimidá-los e/ou usurpar as terras que ocupavam, forçando-os a saírem, realidade com a qual muitos caboclos se depararam tendo em vista que o processo para a obtenção da titularidade eram complexos e bastante arbitrários, existiam diversos empecilhos aos sujeitos mais pobres e distante das cultura eurocêntrica, dentre eles a pouca ou nenhuma alfabetização dos posseiros, os prazos curtos bem como os gastos com a tramitação e com as medições, além de exigência de um atestado das autoridades judiciais/policiais, que dificultavam/impediam a obtenção da titularidade da terra, sobretudo para aqueles de ascendência indígena e negra.

Portanto, foram diversos mecanismos que contribuíram para a permanência dos brancos e outros que forçaram a expulsão de muitos caboclos que residiam nesse território, mas ambos com o aval do Estado e ainda respaldado com o discurso eurocêntrico.



#### 5.4 EUROCENTRISMO, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADES EM JAGUARÉ

Para melhor compreensão das representações do município de Jaguaré que compõem a memória coletiva da população local, as quais dão ênfase às suas supostas raízes europeias, buscou-se realizar uma pesquisa amostral com professores e moradores do município.

A primeira pesquisa foi realizada com educadores que trabalham com a educação básica no nível fundamental I, fundamental II e no ensino médio, mais especificamente com professores que trabalham com disciplinas como Geografia, História, Sociologia e Filosofia. A princípio, o principal alvo da pesquisa seria os profissionais do ensino fundamental I, que trabalham com as turmas do quarto ano, pois de acordo com a BNCC, nesta etapa do ensino fundamental, dentro da unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, aborda-se sobre “Território e diversidade cultural”, visando o desenvolvimento das seguintes competências:

Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas, (indígenas, afro-brasileiros, de outras regiões do país, latinos-americanas, europeias, asiáticas, etc) valorizando o que é próprio de cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira (BRASIL, 2018, p. 372-373).

Logo, durante esse ciclo de ensino os professores seriam incumbidos de abordar sobre os grupos étnicos culturas existentes dentro do município de Jaguaré, suas contribuições para a formação e desenvolvimento do município etc. Contudo, é evidente que os educadores das áreas de Humanidades e Ciências Sociais, em diversos momentos da educação básica, têm possibilidade de falar um pouco sobre esse assunto. Durante o ensino fundamental e ensino médio, portanto, esse tema, de alguma forma e com diferentes ênfases e objetivos, pode e tende a ser abordado. A escolha deste público mais amplo também está associada a fácil inter-relação da Geografia com essas outras disciplinas.

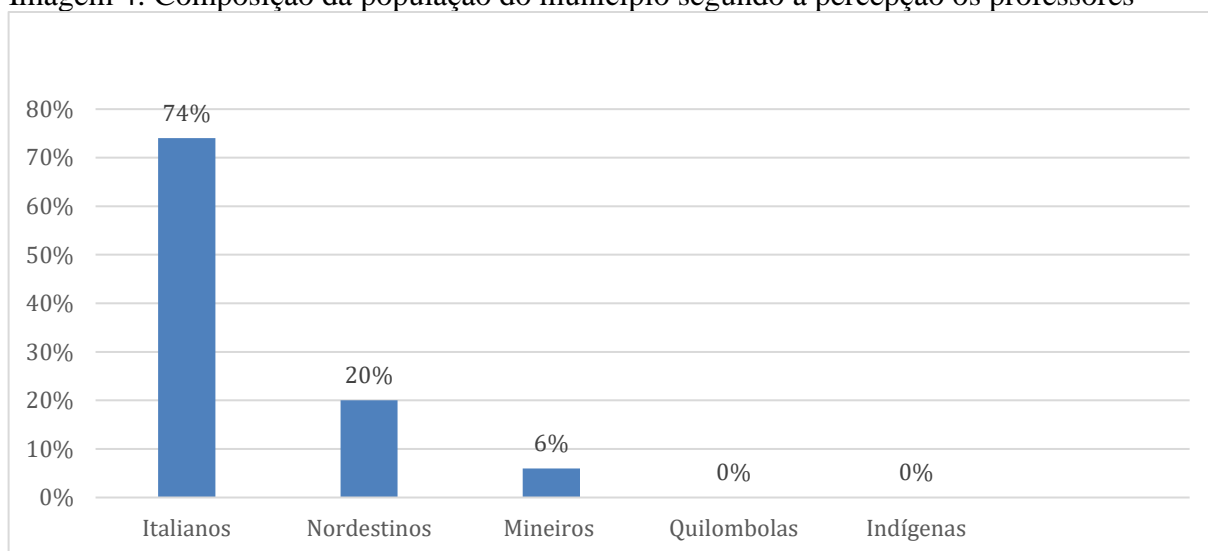
A concepção dos educadores sobre os grupos étnicos culturais existentes no município, as representações sobre o município que eles disseminam em sua prática educativa tende a influenciar na forma como os estudantes tendem a representar o município, sua história, seu território e sua população. Alguns autores que abordam sobre a influência da instituição escola e dos professores na construção da cultura dos estudantes, ou melhor dizendo, na imposição de uma cultura para os estudantes, argumentando que “a instituição escolar ainda privilegia “uma certa cultura”, considerando-a muitas vezes, como única e verdadeira. Desta forma, exclui-se a

possibilidade de aceitação do “Outro” no processo educacional” (SOUSA, 2003, p. 4). Bordieu também compartilha da mesma linha de pensamento, e segundo ele “os professores partem da hipótese de que existe entre o ensinante e o ensinado uma comunidade lingüística prévia de valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com os seus próprios herdeiros” (BORDIEU, 1998, p. 55-56).

Portanto, para compreender que tipo de representação sobre Jaguaré os professores compartilham e disseminam por meio de seu trabalho docente foi enviado por email um questionário a 33 educadores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental ou no ensino das ciências sociais e filosofia que atuam no ensino fundamental e/ou no ensino médio. O leque de entrevistados é composto, portanto, por educadores graduados em Pedagogia, Geografia, História, Sociologia e Filosofia. Todavia, obtivemos retorno de apenas 20 (vinte) professores.

De acordo com a percepção dos profissionais da educação, a população de Jaguaré é majoritariamente composta por descendentes de italianos, os nordestinos estariam em segundo lugar, havendo poucas menções aos mineiros. Os grupos dos negros/quilombolas e indígenas não foram mencionados por nenhum dos entrevistados.

Imagem 4: Composição da população do município segundo a percepção os professores



Fonte: Autor.

Tal dado nos permite afirmar que a concepção de uma população com raízes predominantemente europeias compartilhada pelos educadores corrobora aquilo que consta em seus símbolos oficiais e em suas festividades/manifestações culturais, sendo igualmente eurocêntrica, sendo particularmente importante destacar a invisibilidade de negros/quilombolas

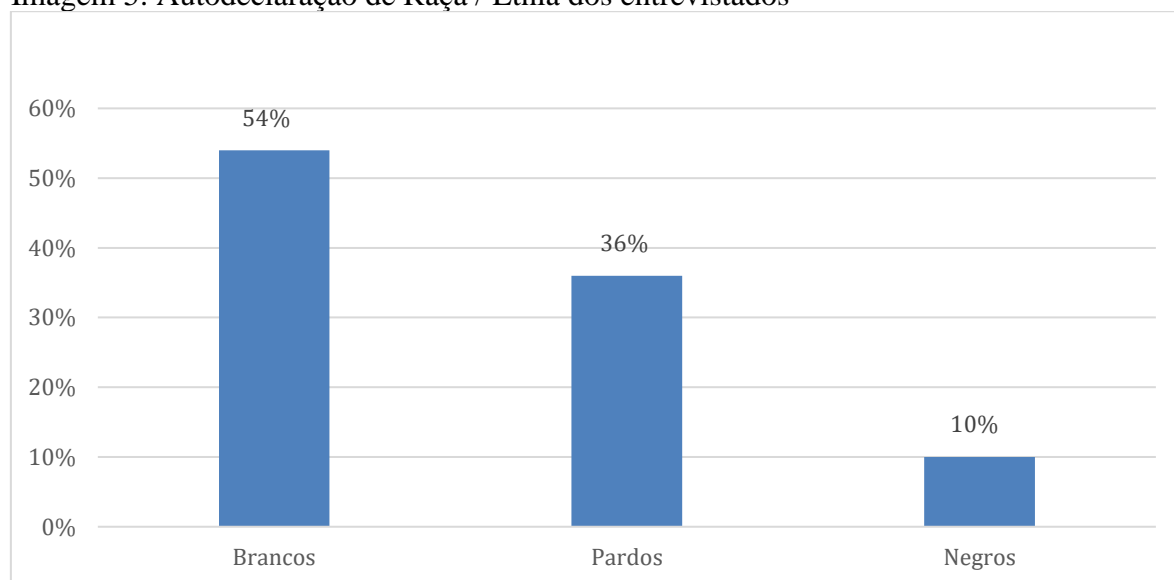
e indígenas nas respostas obtidas. Desta forma, a educação básica no município dissemina e reforça representações extremamente eurocêntricas e racistas acerca de Jaguaré, das quais boa parte das matrizes étnicas de sua população é invisibilizada.

Uma outra pesquisa foi realizada com a população local, tendo como objetivo principal entender como a população de Jaguaré percebe a si mesma, de forma a verificar se o eurocentrismo evidenciado em sua historiografia oficial e em seus símbolos e festividades são compartilhados pela população.

A pesquisa foi realizada em um sábado, no centro da cidade, com cinquenta pessoas escolhidas aleatoriamente dentre os transeuntes. O sábado foi escolhido por entendermos ser ele o melhor dia da semana para a realização da pesquisa, pois neste dia ocorre uma maior concentração de pessoas no perímetro urbano do município, tanto pessoas que vivem na cidade quanto no campo, que tendem a ir ao comércio local neste dia, permitindo assim que obtivéssemos uma amostragem mais diversificada.

Uma das perguntas da entrevista abordava sobre a autodeclaração dos participantes, tal dado torna-se importante pois proporciona mais evidências para questionar a historiografia local do município de Jaguaré.

Imagem 5: Autodeclaração de Raça / Etnia dos entrevistados

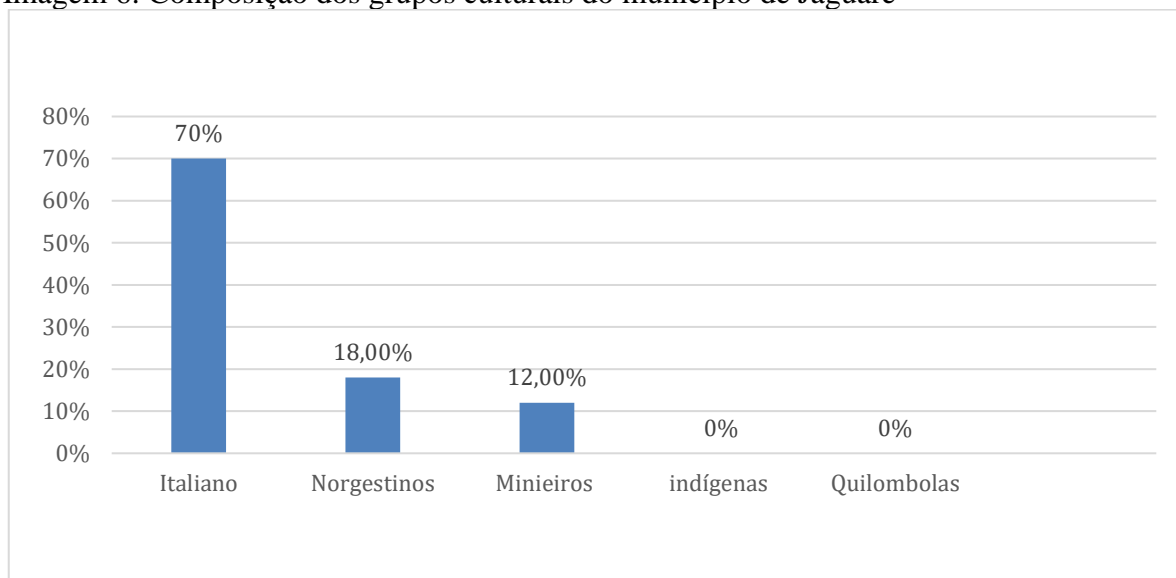


Fonte: Autor.

É possível perceber que 54% dos entrevistados se declaram brancos, outros 36% se autodeclaram pardos e 10 %, negros.

Outra das perguntas indagava os transeuntes sobre os grupos culturais que compõem a população do município. Como esperado, o grupo étnico mais citado pelos entrevistados foram os italianos, seguidos dos nordestinos e mineiros. Assim como entre os educadores, para grupos como indígenas e quilombolas não houve nenhuma menção.

Imagem 6: Composição dos grupos culturais do município de Jaguaré

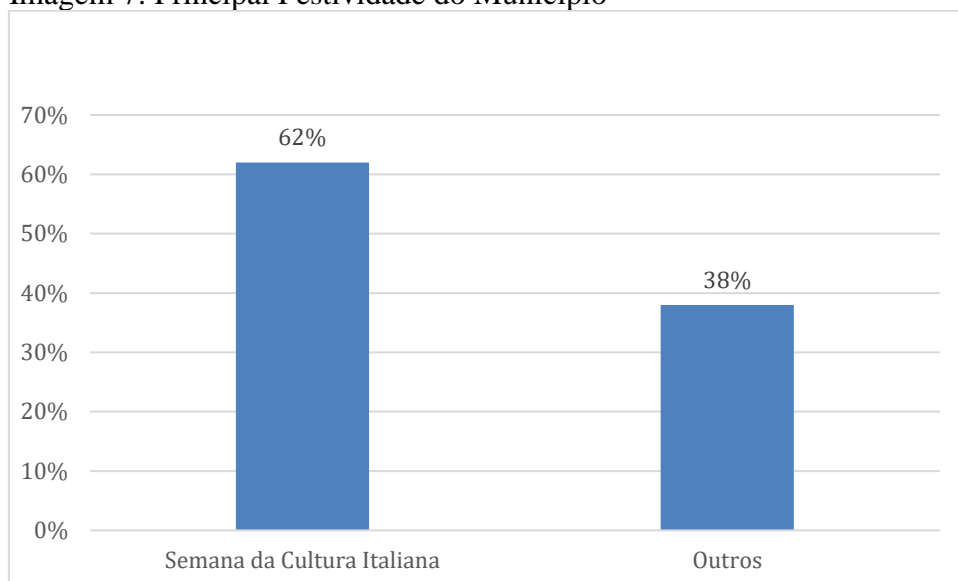


Fonte: Autor

Foi possível observar que longo da entrevista, todos os 54% (cinquenta e quatro por cento) dos entrevistados que se alto declararam brancos, ao responderem sobre os grupos étnico- culturais que compõe a população do município falaram não apenas sobre os descendentes de italianos de forma genérica/abstrata, mas recorrentemente contavam de forma resumida um pouco das suas próprias histórias familiares e destacavam a suas contribuições para formação e desenvolvimento do município; algumas vezes adicionava algum outro grupo étnico-cultural junto a sua resposta, sobretudo os nordestinos, que teriam trabalhado nas lavouras de café de seus familiares. Por outro lado, os entrevistados que se alto declararam pardos (36% - trinta e seis) e negros (10% - dez) sempre abordavam mais sobre os nordestinos, italianos e mineiros, ressaltando com mais recorrência e mais ênfase essa origem pluriétnica da população local.

De acordo com 62% (sessenta e dois) dos entrevistados, o principal evento cultural existente no município é a Semana da Cultura Italiana, evento que como mencionado, ocorre apenas há 09 (nove) anos. Outros 36% (outros trinta e seis) dos entrevistados acreditam serem outros eventos culturais realizados no município, entre eles a *Festa do Produtor Rural*, que comemora a produção de café

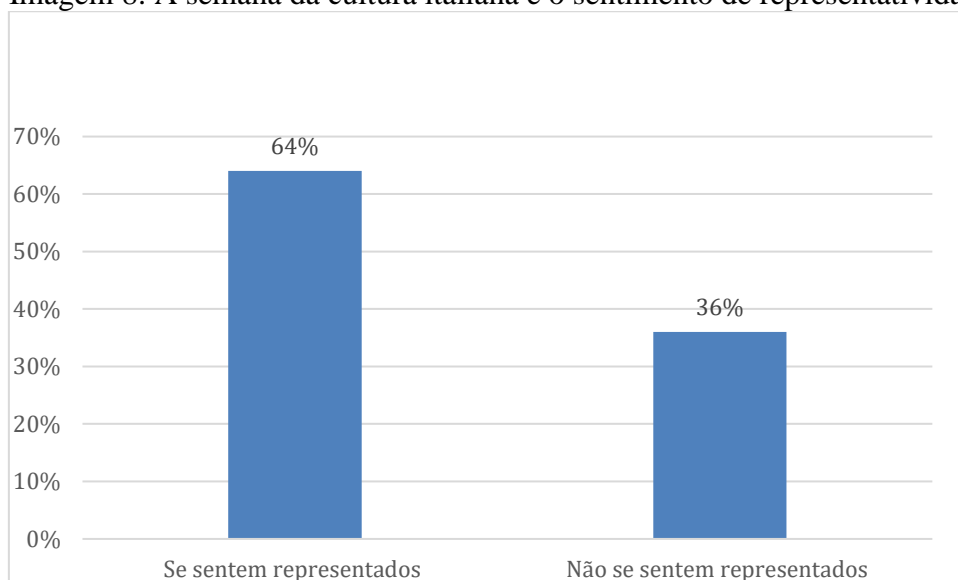
Imagem 7: Principal Festividade do Município



Fonte: Autor

Mesmo que muitos entrevistados acreditam que o principal evento cultural do município é a Semana da Cultura Italiana, apenas 62 % (sessenta e dois) da população amostral se sente representada com a realização do evento; os outros 38 % (trinta e oito) da população não encontra no evento cultural qualquer vestígio que remete a seus antepassados, que representa seus costumes e hábitos culturais, o que explicita o caráter opressor e excludente de tais representações eurocêntricas sobre o município e suas origens étnicas.

Imagem 8: A semana da cultura italiana e o sentimento de representatividade da população



Fonte: Autor

Essa amostragem corrobora nossa constatação de que a memória coletiva do município evidencia busca apagar vestígios de outros grupos que não os italianos nas origens da população local, e tal concepção evidencia um discurso repleto de inclinações racistas sobre a história do

município. A falta de representatividade de muitos entrevistados perante a cultura italiana e os dados de alto-declaração da população amostral, nos quais 46 % (quarenta e seis) se declaram não-brancos, por sua vez, contrariam essa suposta italianidade imperante nas representações hegemônicas sobre o município.

Importante salientar que, não obstante esses dados sejam decorrentes de uma pesquisa feita com um público amostral reduzido, ela nos possibilita refletir e perceber como o discurso eurocêntrico encontra-se presente nas formas de pensar e de perceber a realidade da população do município de Jaguaré e como ele impacta em suas identidades e territorialidades (ou seja, seus vínculos de identificação e o sentimento de pertencimento recíproco para com o município).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a concepção compartilhada pela população de que o município de Jaguaré é fruto quase exclusivo da colonização europeia, buscou-se analisar como o eurocentrismo encontra-se presente na memória coletiva, e, portanto, nas identidades e territorialidades da população deste município, refletindo sobre a influência das identidades coletiva e também sobre as relações de poder que são a elas inerentes. A partir da análise da dimensão imaterial da territorialidade, particularmente buscando compreender os vínculos desta com as memórias coletivas, foi possível perceber que o discurso eurocêntrico se perpetua por meio das memórias coletivas e de uma historiografia permeada pela ideologia dos vazios demográficos, legitimando a perspectiva compartilhada pelos moradores do município de que antes dos colonizadores europeus, o atual território que hoje pertence ao município de Jaguaré, era um espaço sem história, sem vida.

A memória coletiva local não reconhece que, muito antes da chegada dos italianos, essas terras eram território dos mestiços, descendentes de indígenas, nordestinos, mineiros e, provavelmente, de quilombolas. Por meio do enquadramento da memória, essa narrativa da eurocêntrica ganhou força e prestígio social na “memória” e historiografia do município.

O discurso eurocêntrico também foi utilizado para estabelecer relações de poder. Desta forma, a cultura construída pelos imigrantes europeus e seus descendentes desqualifica qualquer coisa que venha do caboclo e que o possa lembrá-lo: sua cultura, conhecimentos populares, língua, hábitos, dentre outros. O desprezo pelo não-europeu tornou-se tão intenso que estes passam a introjetar tal concepção, legitimando a superioridade dos europeus, tendendo a desvincular-se de suas tradições autóctones.

No âmbito municipal, ao analisar os símbolos oficiais de Jaguaré e suas manifestações culturais mais expressivas, percebe-se a forte influência do eurocentrismo, haja vista a ausência de quaisquer elementos que possam remeter a outras matrizes culturais. As entrevistas com educadores e com transeuntes locais igualmente corroboram essa constatação, tendo basicamente o mesmo conteúdo.

A evidente falta de representação sobre uma parte considerável da população amostral em relação à cultura italiana (a qual é considerada predominante na historiografia no município) e suas festividades nos possibilita afirmar que é necessário que se faça uma releitura oficial da

historiografia do município, a fim de interromper essa visão eurocêntrica e possibilitar uma produção historiográfica que realmente aborda sobre os diversos grupos étnicos-culturais que constituem a população do município.



## REFERÊNCIAS

AURICH, L, Regina et al. Jaguaré: **Das Origens À Contemporaneidade**. 1. Ed.Nova Venécia: Gráfica e Papelaria Cricaré.

BERNARDO NETO, Jaime. Descolonizar as representações sobre a colonização: reflexões geográficas. **Geografares**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/29141>.

BERNARDO NETO, Jaime. Sobre a Ideia de Raça e as Múltiplas Dimensões da Opressão Colonial. **Rumos da História**. Vitória. v.1, n. 11. 2021. Disponível em: <[563c05\\_2a14e344f32d49d9ad12c88b0109010f.pdf](https://filesusr.com/563c05_2a14e344f32d49d9ad12c88b0109010f.pdf) (filesusr.com)>.

BERNARDO NETO. Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo: Estudo comparativo entre o domínio da pecuária no extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro - Sul. Vitória.2012. Disponível em: <[https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Geografia/UFES\\_PPGG\\_JAIME\\_BERNARDO\\_NETO.pdf](https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Geografia/UFES_PPGG_JAIME_BERNARDO_NETO.pdf)>.

BORDIEU, Pierre. Escritos de Educação. 2 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

CALVI, Pedro. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. **Câmara dos Deputados**: Brasília, 27 set. 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/201cgovernador-o-centro-de-umbanda-ja-foi-pro-chao201d-a-violencia-co-nta-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana>> Acessado em: 23 ago. 2020

DAMATTA, Roberto. Você tem Cultura?. Rio de Janeiro:Revista Embratel, 1981.

FELICIANO, Carlos Alberto.**Movimentos Camponeses Rebeldes** . São Paulo: Contextos, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Antropológico - Comunidade Remanescente De Quilombo Linharinho (Conceição Da Barra/Es)**. Vila Velha,2014.

\_\_\_\_\_. **Jaguaré**. IBGE. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/jaguare/panorama>. Acessado em 25 ago. 2021.

MIMME, Albert. **O Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizado**. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2007.

OLIVEIRA. Maxwell Ferreira. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão, 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf). Acessado em 29 ago. 2021.

Projeção do PIB cai a 0.02%. **Estado de Minas Geras**. Minas Gerais, 21 mar. 2020. Seção Geral. Disponível em : [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/21/interna\\_gerais,1131045/projecao-do-pib-cai-a-0-02.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/21/interna_gerais,1131045/projecao-do-pib-cai-a-0-02.shtml). Acessado em: 08 jun. 2020.

QUIJINO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. 1ed. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura, S. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revistas Crítica de Ciências Sociais**: Coimbra, n 63, 2002. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/1285>>. Acessado em: 16/03/2020 às 14:00.

SOUSA, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1 Ed. 3 reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anas8/artigos/DebiaSueniadaSilvaSousa.pdf>>. Acessado em: 15/10/2021.

SOUSA, Suênia do Santos Débia. A Influência dos Professores na Cultura dos Educandos Das Camadas Populares, 2003  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Municipal de educação. Jaguaré, 2015. Disponível em: < <http://www.jaguare.es.gov.br/uploads/documento/20190919160504-pme-jaguare-2015-2025pdf.pdf>>.

SOUSA, Angélica. S. A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acessado em 29 ago. 2021

VIEIRA, Bárbara M. Denúncia de discriminação religião contra adéptos a religiões de matriz africana aumentam 5,5% em 2018. **G1- Portal de Notícias**: São Paulo, 20 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/20/denuncias-de-discriminacao-religiosa-contra-adeptos-de-religioes-de-matriz-africana-aumentam-55percent-em-2018.ghtml>>. Acessado em: 23 ago. 2019

## **ANEXO A – QUESTIONÁRIO ENTREVISTA COM OS PROFESSORES**

1 - De qual município Jaguaré se emancipou?

- a)  Sooretama
- b)  Viva Valério
- c)  São Mateus
- d)  Linhares
- e)  Nova Venécia

2 - Em que período começou o processo de colonização de Jaguaré

- a)  1500
- b)  1822
- c)  1910
- d)  1940
- e)  1980

3 - Qual (is) grupo (s) étnico (s) compõe a população do Município de Jaguaré.

- a)  Quilombolas
- b)  Indígenas
- c)  Nordestinos
- d)  Italianos
- e)  Mineiros

4 - Qual a sua etnia/ raça

- a)  Branco
- b)  Negro
- c)  Pardo
- d)  Indígena

